

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Introdução ao Direito Florestal Brasileiro	3
1.1 O Direito Florestal.....	3
1.2 Da autonomia e vinculação do Direito Florestal	3
1.3 Do objeto do Direito Florestal.....	5
1.4 Conceito de Florestas.....	5
1.4.1 Florestas Nativas e Florestas Naturais	10
1.4.2 Florestas Plantadas	13
1.4.3 Dos Biomas Florestais.....	15
1.5 Princípios Fundamentais do Direito Florestal	20
Capítulo 2 – Do histórico normativo da proteção florestal e eu enquadramento constitucional, legal e infralegal	23
2.1 Histórico das normas nacionais de proteção florestal	23
2.1.1 Código Florestal de 1934 – Decreto nº 23.793/1934.....	25
2.1.2 Código Florestal de 1965 – Lei Federal nº 4.771/65	26
2.1.3 Código Florestal de 2012 – Lei Federal nº 12.651/2012.....	28
2.2 Enquadramento constitucional da proteção florestal.....	32
Capítulo 3 – Das Florestas Plantadas	35
3.1 Conceito de Florestas plantadas e seus requisitos legais.....	35
3.2 Da silvicultura e as florestas plantadas como atividade agrária.....	36
3.3 Da Política Agrícola das Florestas Plantadas – Decreto Federal nº 8.375/2014.....	39

3.3.1 Dos Princípios da Política Agrícola para Florestas Plantadas – PAFP.....	40
3.3.1.1 Princípio da essencialidade das florestas plantadas na “produção de bens e serviços florestais para o desenvolvimento social e econômico do país”	41
3.3.1.2 Princípio da função climática das florestas plantadas	43
3.3.2 Dos objetivos da Política Agrária para Florestas Plantadas	47
3.3.2.1 Objetivos econômicos.....	48
3.3.2.2 Objetivos Ambientais	52
3.3.2.3. Objetivos Sociais	54
3.4 Plano Nacional de Desenvolvimento das Florestas Plantadas.....	56
Capítulo 4 – Das Florestas Públicas	67
4.1 Do conceito de Florestas Públicas.....	67
4.2 Da gestão das florestas públicas	68
4.2.1 Criação de Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais com gestão direta.....	68
4.2.2 Destinação de florestas públicas às comunidades locais	70
4.2.3 Concessão Florestal.....	71
4.2.3.1 Do Plano Anual de Outorga Florestal e o processo de outorga	72
4.2.3.2 Do objeto da concessão florestal.....	74
4.2.3.3 Do licenciamento ambiental nas concessões florestais.....	75
4.2.3.4 Da licitação para concessão florestal.....	76
4.2.3.5 Critério de seleção.....	79

4.2.3.6 Contrato de Concessão	80
4.2.3.7 Garantia de acesso de empresas de pequeno porte e associa- ções de comunidades locais.....	83
4.2.3.8 Do prazo de vigência do contrato de concessão florestal.....	84
4.2.3.9 Dos preços Florestais.....	85
4.2.3.10 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.....	88
4.2.3.11 Das Auditorias Florestais	90
4.2.3.12 Da Extinção da concessão florestal	91
4.2.3.13 Da concessão florestal em unidades de conservação – Florestas Nacional, Estadual ou Municipal.....	94
4.2.4 Serviço Florestal Brasileiro - SFB.....	95
Capítulo 5 – Das Áreas de Preservação Permanente – APP.....	101
5.1 Do histórico normativo das Áreas de Preservação Permanente e seus requisitos fundamentais.....	101
5.2 Natureza jurídica das Áreas de Preservação Permanente como limitação administrativa.....	104
5.3 Delimitação das Áreas de Preservação Permanente	105
5.3.1 Cursos d'água naturais perenes e intermitentes	105
5.3.2 Entorno dos lagos e lagoas naturais.....	107
5.3.3 Entorno de reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.....	109
5.3.4 Entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica.....	110
5.3.5 Encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive...	111

5.3.6 Restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.....	112
5.3.7 Os manguezais, em toda a sua extensão	113
5.3.8 As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais	113
5.3.9 Topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação.....	114
5.3.10 Áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação	115
5.3.11 Veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado	116
5.4 Reservatórios d'água artificiais para geração de energia ou abastecimento público	116
5.5 Áreas de Preservação Permanente instituídas por ato do Poder Público	118
5.6 Do regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente.....	121
5.6.1 Regra geral do regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente.....	121
5.6.2 Exceções à regra geral do regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente	122

Capítulo 6 – Áreas de Uso Restrito	131
6.1 Das espécies de áreas de uso restrito – AUR.....	131
6.2 Pantanais e planícies pantaneiras.....	131
6.3 Áreas com inclinação entre 25° e 45°	133
Capítulo 7 – Do uso ecologicamente sustentável dos apicuns e salgados	137
7.1 Dos conceitos “imprecisos” de Apicuns e salgados	137
7.2 Da natureza jurídica dos Apicuns e Salgados.....	138
7.3 Do uso dos Apicuns e Salgados	138
7.4 Do licenciamento e estudos ambientais para as atividades de carcinicultura e salinas em apicuns e salgados	139
Capítulo 8 – Da Área de Reserva Legal.....	141
8.1 Conceito e breve histórico do instituto da Reserva Legal.....	141
8.2 Da natureza jurídica da Área de Reserva Legal como limitação administrativa e obrigação de natureza real.....	142
8.3 Da Delimitação da Área de Reserva Legal	143
8.3.1 Regra Geral e a excepcionalidade da Amazônia Legal.....	143
8.3.2 Possibilidades de redução do percentual.....	144
8.3.3 Da inexigibilidade de reserva legal para empreendimento abastecimento público de água, tratamento de esgoto, exploração de energia hidráulica e de implantação ou ampliação da capacidade de rodovias e ferrovias e sua constitucionalidade reconhecida pelo STF na ADI nº 4.901	146
8.3.4 Da sinergia entre o Zoneamento Ecológico-Econômico e a Reserva Legal	148
8.3.5 Dos critérios e estudos para localização da área de Reserva Legal no imóvel e a possibilidade de relocação.....	151

8.3.6 Do cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal.....	152
8.3.7 Reserva Legal em regime de condomínio	159
8.4 Regime de Proteção da Reserva Legal.....	160
8.4.1 Do registro da área de Reserva Legal.....	163
8.4.2 Sobreposição de áreas	164
8.4.3 Reserva Legal com a inserção do imóvel em perímetro urbano	165
8.4.4 Manejo Sustentável da vegetação florestal da Reserva Legal.....	166
8.4.5 Do Regime de Proteção das Áreas Verdes Urbanas	168
8.5 Compensação da Reserva Legal.....	170
8.5.1 Das Cotas de Reserva Ambiental em compensação à Reserva Legal.....	171
8.5.2 Do arrendamento para Servidão Ambiental ou Reserva Legal ...	174
8.5.3 A doação ao poder público de área no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária.....	176
8.5.4 Cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal, em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiro	178
Capítulo 9 – Da supressão de vegetação para uso alternativo do solo.....	181
9.1 Da conversão para uso alternativo do solo	181
9.2 Dos requisitos para a autorização de supressão de vegetação.....	182
9.3 Da dispensa de autorização de supressão de vegetação	186
9.4 Da natureza jurídica da Autorização de Supressão de Vegetação	188
9.5 Competência para autorizar a supressão de vegetação	189
9.6 Espécies florestais especialmente protegidas ou imunes ao corte	191

Capítulo 10 – O Cadastro Ambiental Rural - CAR.....	197
10.1 Do Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	197
10.2 Da inscrição no CAR.....	197
10.2.1 Pontos polêmicos da inscrição no CAR	201
10.2.2 A substituição da averbação da Reserva Legal pela inscrição no CAR.....	202
10.2.3 CAR e o direito de domínio sobre imóvel rural	205
10.2.4 Da importância e incentivos do CAR.....	206
10.2.5 Responsabilidade pela inscrição no CAR	208
10.3 Da análise do CAR	210
10.3.1 Da sobreposição de cadastros – formas jurídicas de solução	211
10.4 Do prazo para inscrição no CAR.....	214
Capítulo 11 – Da exploração florestal	215
11.1 Da governança administrativa da Exploração Florestal.....	215
11.2 Da sustentabilidade do suprimento de matéria-prima florestal	219
11.2.1 Da reposição florestal	220
11.2.2 Plano de Suprimento Sustentável – PSS	225
Capítulo 12 – Do Controle da Origem dos Produtos Florestais.....	229
12.1 Da importância do controle da origem dos produtos florestais	229
12.2 Do Sistema Nacional de Controle de Origem de Produtos Florestais - SINAFLORE.....	230
12.3 Disposições complementares ao controle de origem de produtos florestais.....	233
12.4 Do Documento de Origem Florestal – DOF	234

12.4.1 Dos produtos com origem controlada sujeitos à emissão do DOF	235
12.4.2 Dos produtos e subprodutos dispensados da emissão do DOF.....	238
12.4.3 Das consequências quanto ao descumprimento das obrigações inerentes ao DOF.....	240
12.5 Do corte de árvores isoladas e o Sinaflor.....	243
Capítulo 13 – Da Proibição do Uso de Fogo e do Controle dos Incêndios..	245
13.1 Da regra geral de proibição do uso de fogo	245
13.2 Das exceções que permitem o uso de fogo e a queima controlada...	245
13.3 Da prevenção e combate aos incêndios florestais	247
13.4 Da responsabilidade pelo uso indevido do fogo	249
Capítulo 14 – Do Programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente.....	253
14.1 Do novo objetivo traçado: uma proposta de superação do viés meramente punitivo da dogmática ambiental.....	253
14.2 Pagamento ou incentivo a serviços ambientais e florestais.....	256
14.3 Da Lei da Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais – Lei Federal nº 14.119/2021	260
14.3.1 Da classificação das espécies de serviços ambientais, através dos conceitos aplicáveis aos serviços ambientais	260
14.3.2 Dos sujeitos da relação jurídica de pagamento por serviços ambientais	262
14.3.3 Das modalidades de pagamento por serviços ambientais	263
14.3.4 Da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais - PNPSA.....	263

14.3.5 Do Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais - PFPSA.....	266
14.3.6 Da metodologia de valoração, validação, monitoramento, verificação e certificação.....	269
14.4 Do Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais – Floresta+	270
14.4.1 Do Programa Floresta+ Carbono.....	274
14.5 Compensação pelas medidas de conservação ambiental	278
14.6 Incentivos para comercialização, inovação e aceleração das ações de recuperação, conservação e uso sustentável das florestas	280
14.7 Conversão de multas com incentivo e apoio a medidas de conservação e recuperação ambiental.....	281
14.8 Cota de Reserva Ambiental – CRA	289
14.8.1 Hipóteses de instituição de CRA.....	290
14.8.2 Do rito de emissão da CRA.....	293
14.8.3 Obrigações vinculadas à CRA	294
14.8.4 Cancelamento da CRA	295
14.9 Do atual entendimento do STF	296
Capítulo 15 – Controle do desmatamento.....	299
15.1 Conceito de desmatamento.....	299
15.2 Do embargo de áreas desmatadas irregularmente	301
15.3 Da delimitação do embargo e a nulidade do embargo genérico	302
15.4 Das obrigações acessórias para controle do desmatamento.....	306

Capítulo 16 – Da agricultura familiar.....	309
16.1 Do conceito de Agricultura Familiar para o Código Florestal de 2012	309
16.2 Intervenção e supressão de vegetação em APP e Reserva Legal para atividades eventuais e de baixo impacto na agricultura familiar ...	310
16.3 Da Reserva Legal na pequena propriedade rural familiar	311
16.4 Disposições complementares.....	312
Capítulo 17 – Do Programa de Regularização Ambiental – PRA.....	315
17.1 Do Programa de Regularização Ambiental – PRA	315
17.2 Da adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.....	316
17.3 Dos efeitos da adesão ao PRA e assinatura do Termo de Compromisso.....	320
17.4 Das regulamentações e implementação do PRA nos Estados.....	324
17.5 Do cumprimento do Termo de Compromisso.....	327
17.6 Das cotas de Reserva Ambiental – CRA	331
Capítulo 18 – Das áreas rurais consolidadas.....	335
18.1 Das Áreas Rurais Consolidadas – ARC	335
18.2 Do regime jurídico especial das Áreas Rurais Consolidadas	336
18.2.1 Das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente.....	336
18.1.2 Das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal	343
Capítulo 19 – Da tutela administrativa e o exercício do Poder de Polícia Florestal.....	349
19.1 Do Poder de Polícia Florestal.....	349

19.2 Do Poder de Polícia Florestal Repressivo.....	350
19.2.1 Das infrações administrativas florestais e demais formas de vegetação nativa.....	354
19.2.2 Das medidas cautelares.....	356
19.3 Poder de Polícia Florestal Regulador.....	359
19.3.1 Autorizações Administrativas Florestais	359
19.3.2 Licenciamento Ambiental Florestal	360
19.3.2.1 (In)exigibilidade e dispensa de licença ambiental para atividades e empreendimentos florestais	361
19.3.2.2 Da (in)exigência de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA para atividades e empreendimentos florestais	364
19.3.2.3 Espécies de licenças ambientais florestais	366
19.3.2.3.1 Licenciamento Ambiental Trifásico.....	366
19.3.2.3.2 Licenciamento Ambiental Florestal Simplificado ou Unificado.....	367
19.3.2.3.3 Licença Ambiental Florestal por Adesão e Compromisso.....	368
19.3.2.4 Competência para o licenciamento ambiental florestal	369
19.3.2.5 Exigência de Anuências e opinativos de outros órgãos para o licenciamento ambiental florestal	371
19.3.2.6 Condicionantes das licenças ambientais florestais.....	375
19.3.2.6.1 Da possibilidade jurídica de instituição de condicionantes desvinculadas dos impactos ambientais...	379
19.3.3 Licenciamento ambiental do Manejo Florestal Sustentável	380
19.3.4 Licenciamento ambiental de Florestas Plantadas.....	381

19.2.4.1 Da exigibilidade de licenças ambientais para as atividades e empreendimentos de florestas plantadas e a competência dos entes federados	382
19.2.4.1.1 Da participação dos entes federados que não detenham competência para o licenciamento ambiental para as atividades e empreendimentos de florestas plantadas	383
19.2.4.1.1.1 Da participação prevista no Art. 13, §1º da Lei Complementar nº 140/2011, opinativa, não vinculante	384
19.2.4.1.1.2 Participação através de expedientes e atos acessórios	385
19.2.4.1.1.2.1 Da certidão de conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo – Art. 10, §1º da Resolução CONAMA nº 237/1997	385
19.2.4.2 Das modalidades de licenças ambientais para as atividades e empreendimentos de florestas plantadas	388
19.2.4.3 Dos prazos das licenças ambientais de florestas plantadas e sua renovação	390
19.2.4.3 Prazo de tramitação do processo de licenciamento ambiental florestal	390
19.2.4.4 Prazo de vigência da licença ambiental florestal	393
19.2.4.5 Prazo de renovação da licença ambiental florestal	395
19.2.4.6 Etapas do licenciamento ambiental de florestas plantadas	397
19.2.4.7 Do licenciamento ambiental de florestas plantadas em áreas rurais consolidadas, convertidas e já de uso alternativo do solo	399
Capítulo 20 – Competências em matéria florestal	401
20.1 Competências Constitucionais em matéria florestal	401

20.3 Competência Legislativa Florestal.....	414
20.4 Competência Legislativa Florestal municipal.....	420
20.5 Competência Legislativa das Florestas Plantadas – Silvicultura.....	423
Capítulo 21 – Negócios Jurídicos Florestais.....	427
21.1 Introdução	427
21.2 Negócios Jurídicos Florestais Administrativos (Públicos).....	428
21.3 Negócios Jurídicos Florestais Privados	432
21.3.1 Negócios Jurídicos para recuperação florestal.....	433
21.3.2 Negócios Jurídicos vinculados aos créditos dos serviços ambientais associados à recuperação florestal	433
21.3.3 Contratos entre particulares para exploração de ativos florestais privados ou áreas para o desenvolvimento de florestas plantadas.....	436
21.3.3.1 Das florestas como bens imóveis ou móveis por antecipação	436
21.3.3.2 Espécies contratuais para negócios jurídicos florestais.....	438
21.3.3.2.1 Contrato de cessão de direitos de exploração florestal	438
21.3.3.2.2 Contrato de Fomento Florestal.....	439
21.3.3.2.3 Contratos Típicos de Direito Agrário – Arrendamento Rural e Parceria Rural nos Negócios Jurídicos Florestais.....	440
Capítulo 22 – Proteção Jurídica do Bioma Mata Atlântica.....	445
22.1 Da Mata Atlântica como Patrimônio Nacional – Art. 225, §4º da Constituição Federal.....	445
22.2 Do Decreto Federal nº 99.547/1990	445

22.3 Do Decreto Federal nº 750/1993	447
22.4 Da Lei da Mata Atlântica – Lei Federal nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006	452
22.4.1 Do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica e sua integração à legislação ambiental e Código Florestal	453
22.4.2 Da delimitação territorial da aplicação e o objeto do regime jurídico do Bioma Mata Atlântica	454
22.4.3 Da aplicação do instituto das áreas rurais consolidadas no Bioma Mata Atlântica	456
22.4.4 Das definições preambulares da Lei da Mata Atlântica.....	464
22.4.5 Da definição normativa de vegetação primária e secundária e os seus estágios de regeneração.....	466
22.4.6 Da manutenção da classificação da vegetação e estágios em casos de incêndio, desmatamento ou intervenção não autorizada ou não licenciada	469
22.4.7 Do regime de corte, supressão e exploração de vegetação no Bioma Mata Atlântica	470
22.4.8 Da compensação ambiental pela supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração	477
22.4.9 Da livre coleta de subprodutos florestais e atividades dispensadas de autorização	480
22.4.10 Da proteção da Mata Atlântica em áreas urbanas e regiões metropolitanas	482
22.4.11 Do regime de pousio nas áreas inseridas no Bioma Mata Atlântica	484
22.4.12 Da supressão de vegetação secundária em estágio avançado ou médio de regeneração para atividades minerárias.....	485

22.4.13 Dos incentivos econômicos para proteção e o uso sustentável do Bioma Mata Atlântica.....	486
22.4.14 Do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica	487
22.4.15 Incentivos creditícios pela conservação de remanescentes de vegetação no Bioma Mata Atlântica	489
Capítulo 23 – Da Tutela Penal Florestal.....	491
23.1 Introdução à Responsabilidade Penal em matéria florestal	491
23.1.1 Da controvérsia doutrinária em relação à responsabilidade da pessoa jurídica pelos crimes ambientais.....	495
23.2 Crimes florestais.....	499
Capítulo 24 – Taxa de Fiscalização Florestal	519
Capítulo 25 – Das certificações e selos de manejo florestal sustentável.....	531
25.1 Das certificações e selos de manejo florestal sustentável.....	531
25.2 Da Certificação Florestal.....	531
25.2.1 A certificação florestal e sua base.....	531
25.2.2 Os sistemas de certificação.....	534
25.2.3 O sistema Forest Stewardship Council – FSC.....	534
25.2.4 O sistema CERFLOR	537
25.2.5 A certificação florestal como caminho para a sustentabilidade....	539
25.2.6 O papel jurídico da Certificação Florestal	542
Referências	547